

**CONTRATO COM A EMPRESA "OLIVALGYM, UNIPESSOAL LDA" PARA AQUISIÇÃO DE BENS "MATERIAL DESPORTIVO"**

**VALOR DO ATO - 52 068,12€**

**CONTRATO N.º 215/2025**

Celebram o presente contrato, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas, os seguintes outorgantes:

**PRIMEIRO OUTORGANTE:**

MUNICÍPIO DE LAGOA, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, pessoa coletiva de direito público 506 804 240, que aqui figura como Primeiro Outorgante, representada neste ato pela sua Vereadora, **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**, com domicílio profissional no edifício dos Paços do Concelho, sítio na Rua Ernesto Cabrita, em Lagoa e com poderes delegados para o ato que lhe são conferidos por via do despacho n.º 229/DA/2025, de 5 de novembro, publicado através do Edital n.º 137/2025.

**SEGUNDO OUTORGANTE:**

**OLIVALGYM, UNIPESSOAL LDA** com sede em Rua do Olival nº 5, no concelho de Sintra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto, sob o número único de matrícula e identificação fiscal 514 949 627, com o capital social de 5. 000,00 €, neste ato representada por **Luís Miguel Delgado Fernandes**, titular do cartão de cidadão [REDACTED] e com o número de identificação [REDACTED] com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente apresentada.

Considerando que:

- A. O MUNICÍPIO DE LAGOA promoveu um procedimento por consulta prévia com a referência 2025/300.10.005/453 para a aquisição de bens "**MATERIAL DESPORTIVO**";
- B. O procedimento, incluindo peças e despesa, foi aberto por despacho datado de 19 de maio de 2025 da Sr.ª Vereadora no uso de competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro;
- C. A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental 04 020120 e 04 07011002;
- D. A aquisição de bens foi adjudicada em 18 de novembro de 2025, assim como foi aprovada a minuta do contrato;
- E. A Entidade adjudicatária aprovou a minuta do Contrato em 15 de dezembro de 2025;
- F. Para fazer face à despesa originada pela execução do contrato foram emitidos os números sequenciais de compromisso **142741** e **142742**.

É reciprocamente acordado, livremente aceite e reduzido a escrito o presente Contrato de aquisição de bens, adiante somente designado por "Contrato", de acordo com as Cláusulas seguintes: -----

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

##### **(Objeto do Contrato)**

1. O Contrato tem por objeto a aquisição de bens "**MATERIAL DESPORTIVO**", nos termos melhor identificados nas peças do procedimento. -----
2. Para além do disposto no Contrato, a aquisição de bens reger-se-á ainda pelas Cláusulas constantes do Caderno de Encargos e da Proposta apresentada e com as demais peças que constituem o processo de concurso, que ficam a fazer parte integrante do contrato que constituem documentos integrantes do contrato. -----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe. -----

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

##### **(Prazo de vigência)**

1. O prazo de execução da aquisição de bens objeto do presente contrato é após publicação na plataforma base.gov, sendo condição de eficácia nos termos do artigo 127º do CCP mantendo-se em vigor até à entrega do total do material. -----
2. O contrato será publicado no portal dos contratos públicos, sendo condição de eficácia do mesmo. -----

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

##### **(Preço contratual)**

1. O preço contratual é de **52 068,12€** (cinquenta e dois mil, sessenta e oito euros e doze centimos), acrescidos de Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%. -----
2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no contrato ao contraente público.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

##### **(Obrigações Principais)**

De acordo com o estipulado na cláusula 4.ª e anexo I do Caderno de Encargos decorre para o segundo outorgante as seguintes obrigações: -----

- a) Fornecer os bens e prestar os serviços ao contraente público, conforme as características técnicas mínimas, prazos de entrega e requisitos do fornecimento e prestação de serviços definidos no caderno de encargos e demais documentos contratuais; -----
- b) Obrigatoriedade de emissão de certificado de bom funcionamento dos equipamentos intervencionados; -----
- c) Comunicar antecipadamente ao contraente público os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento e prestação de serviços definidos no caderno de encargos e demais documentos contratuais; -----
- c) Obrigação de garantia dos bens. -----

#### **CLÁUSULA QUINTA**

**(Caução)**

Atento o valor contratual, não é exigível caução, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação. -----

#### **CLÁUSULA SEXTA**

**(Condições de pagamento)**

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência eletrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário. -----
2. As faturas emitidas serão remetidas pelo adjudicatário através de correio digital para contabilidade@cm-lagoa.pt. -----
3. O prazo de pagamento máximo é de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrada de cada fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que as mesmas tenham sido aprovadas, pelo gestor do contrato. -----
4. As faturas apresentadas pela execução da aquisição de bens, objeto deste Contrato, deverão fazer a referência ao número do sequencial de compromisso que suportará a despesa com a sua execução e ser remetidas em suporte eletrónico. -----
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----
6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o Caderno de Encargos. -----

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

**(Revisão de preços)**

O preço da aquisição de bens é fixo e não sujeito a revisão de preços. -----

### **CLÁUSULA OITAVA**

#### **(Cessão da posição contratual e Subcontratação)**

A cessão da posição contratual cumpre o regime jurídico vigente nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

### **CLÁUSULA NONA**

#### **(Sanções contratuais)**

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, previstas nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Caderno de Encargos. -----

### **CLÁUSULA DÉCIMA**

#### **(Alterações ao contrato)**

Qualquer aditamento ou alteração ao contrato só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas.-----

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

#### **(Deveres de informação)**

Para além dos específicos deveres de informação consagrados neste contrato, cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé. -----

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

#### **(Dever de Sigilo)**

1. O adjudicatário, incluindo seus trabalhadores, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo.-----
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.-----
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.-----

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

#### **(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi nomeado como gestor do contrato [REDACTED], tendo como função o acompanhamento da sua execução. ---

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**  
**(Comunicações e notificações)**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**  
**(Legislação Aplicável e Foro competente)**

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no Caderno de Encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes. -----
2. Para resolução de todos os litígios respeitantes ao contrato, quer na sua fase de formação quer na sua execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Foram apresentados os seguintes documentos que ficam arquivados: -----

1. Certidão comprovativa de regularidade tributária emitida pela Autoridade Tributária; -----
2. Certidão comprovativa de regularidade contributiva emitida pelo Instituto da Segurança Social, IP; ---
3. Certificados de Registo Criminal da empresa e representante legal; -----
4. Declaração conforme modelo do anexo II do CCP; -----
5. Certidão permanente do registo comercial; -----
6. Registo Central de Beneficiário Efetivo; -----
7. Declaração de aceitação do Código de Conduta do Município de Lagoa. -----

Para os devidos efeitos, se elaborou o presente contrato, em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes, as quais lhe dão o seu pleno acordo e declaram aceitá-lo nos precisos termos exarados. -----

Fazem parte do contrato: o Caderno de Encargos, a proposta e declaração de aceitação do Código de Conduta do Município de Lagoa. -----



Assinado por: Luís Miguel  
Delgado Fernandes  
Identificação: [REDACTED]  
Data: 2025-12-16 às 23:54:30

O Primeiro Outorgante  
Assinado por: **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**  
Num. de Identificação: [REDACTED]  
Data: 2025.12.16 14:49:13+00'00"  
Certificado por: **SCAP Autárquico - Administração Eleitoral**

Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de Lagoa**  
Município de Lagoa | Largo do Município, 8401-851 Lagoa - NIPC 506 804 240  
T 380 400 | +351 282 380 444 | geral@cm-lagoa.pt | www.cm-lagoa.pt



CARTÃO DE CIDADÃO



**AVERBAMENTO NO CONTRATO N.º 215/2025 CONTRATO COM A EMPRESA "OLIVALGYM, UNIPESSOAL LDA" PARA AQUISIÇÃO DE BENS "MATERIAL DESPORTIVO" -----**

**onde se lê:** -----

**"CLÁUSULA SEGUNDA**  
**(Prazo de vigência)**

1. O prazo de execução da aquisição de bens objeto do presente contrato é após publicação na plataforma base.gov, sendo condição de eficácia nos termos do artigo 127º do CCP mantendo-se em vigor até à entrega do total do material. -----
2. (...). -----"

**deve ler-se:** -----

**"CLÁUSULA SEGUNDA**  
**(Prazo de vigência)**

1. O prazo de execução da aquisição de bens objeto do presente contrato é de 45 (quarenta e cinco) dias. --
2. (...). -----"

A Oficial Pública

Assinado por: [REDACTED]  
[REDACTED]  
Num. de Identificação: [REDACTED]  
Data: 2025.12.18 15:19:42+00'00'

